

Estado terá 10 mil demissões

André Arruda

RENATO CORDEIRO

Dez mil demissões de servidores, extinção de até 5 mil cargos comissionados da administração estadual e corte de 15% no orçamento de 1998, excluída a área social (o equivalente a R\$ 325 milhões). Estas são as medidas mais duras de um pacote anunciado ontem pelo governador do Rio, Marcello Alencar, para ajustar o estado à nova política econômica federal. O governador determinou a todos os seus secretários que apresentem, num prazo de cinco dias, um plano de redução de gastos com pessoal, combustíveis, aluguel de imóveis e de veículos e nos contratos com empresas terceirizadas. A ordem geral de Marcello é cortar despesas da máquina administrativa para enfrentar a queda na arrecadação de impostos que o pacote federal irá provocar.

O plano de ajustes fluminense inclui 20 medidas de redução dos gastos e de aumento da arrecadação previdenciária do funcionalismo estadual. De acordo com a Secretaria Estadual de Administração, o pacote – elaborado 24 horas após o anúncio das medidas econômicas em Brasília – vai gerar um economia imediata de aproximadamente R\$ 12 milhões por mês aos cofres do estado. Um dos itens prevê a elevação de 9% para até 15% (dependendo da faixa salarial) das alíquotas de contribuição dos servidores para a aposentadoria. Só este projeto – que terá que ser aprovado pela Assembléia Legislativa – aumentará a arrecadação em R\$ 6,5 milhões.

A medida mais drástica do pacote fluminense, no entanto, é a demissão de cerca de 10 mil funcionários que foram contratados sem concurso público no período de 1983 a 1988. Marcello vinha estudando este corte desde o início de seu governo, mas só agora decidiu realizá-lo. “Chegou a hora de fazer as demissões daqueles que estão em situação ilegal. A contratação desse pessoal foi uma ilegalidade feita em governos anteriores e já existe, inclusive, decisões judiciais contra muitos destes servidores”, afirmou o governador do Rio.

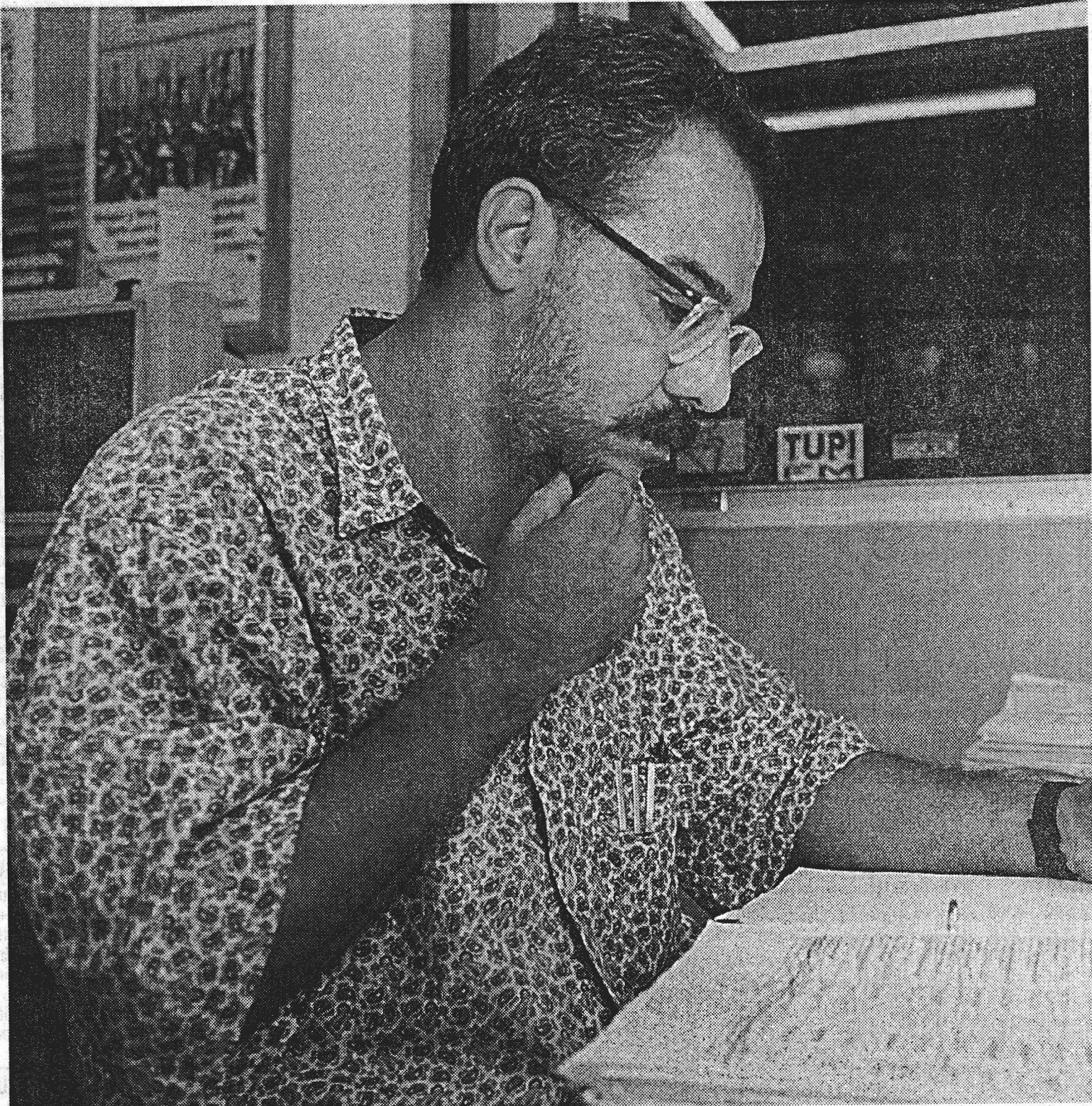
Segundo o secretário estadual de Administração, Augusto Werneck, a maioria destes funcionários trabalha em autarquias e fundações. Suas folhas consomem hoje cerca de R\$ 3 milhões. A orientação do governador é que os postos considerados essenciais sejam ocupados por contratações temporárias. O secretário disse que as demissões serão feitas imediatamente. Ele informou que o governo estadual não indenizará as categorias que foram derrotadas nas ações judiciais. A expectativa do secretário é que o governo do estado gaste cerca de R\$ 20 milhões no pagamento em indenizações.

Ainda na área do funcionalismo, o governador determinou o corte de 25 a 50% dos cargos em comissão da administração – que hoje somam 10 mil. Outra medida é a transformação das chamadas comissões DASs em gratificações, que só poderão ser ocupadas por servidores de carreira. “Com esta medida, vamos reduzir despesas, diminuir o clientelismo e a possibilidade de incorporações”, afirmou Augusto Werneck. O governo espera economizar, com o enxugamento das comissões, cerca de R\$ 300 mil por mês.

Todos os funcionários estaduais cedidos à união, estados e municípios – inclusive cerca de 1 mil policiais militares – deverão ser devolvidos imediatamente ou terão seus salários pagos pelas administrações de onde trabalham. Os juízes, promotores de justiça, procuradores, defensores públicos e fiscais de renda também serão afetados pelo pacote. Um dos itens prevê a extinção do adicional de 20% para aposentadoria a que têm direito estas categorias. Outra medida é o aumento de 3% para 9% das alíquotas de contribuição para as pensões denominadas especiais.

Ao anunciar as medidas, o governador Marcello Alencar declarou apoio ao pacote econômico do governo federal. Para o governador, as medidas anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso são “um sacrifício necessário para preservar o Real. “O presidente tomou estas decisões para cortar efeitos indesejáveis de retrocesso à situação que o Brasil já experimentou, de inflação e estagnação”, justificou. Marcello reconheceu que tanto o pacote federal quanto o estadual são amargos e geram impopularidade. “O homem público não pode prevalecer os interesses eleitorais sobre os interesses público”, disse.

Marcello Alencar passou o dia de ontem reunido com os secretários de Infra-Estrutura, Luiz Paulo Correia da Rocha; Fazenda, Marco Aurélio Alencar; Planejamento, Edgar Rocha; e Administração, Augusto Werneck. Na reunião, o governador também concluiu que terá que reduzir o ritmo de obras públicas. Só os programas com financiamento já garantido, como as obras de expansão do Metrô e da despoluição da Baía de Guanabara, não sofrerão alterações. A equipe ainda não sabe definir em número quanto o pacote federal vai gerar de perdas para o estado. Segundo Augusto Werneck, o Rio gasta hoje 82% do que arrecada com a folha de pagamento. “Com os cortes, conseguiríamos baixar este índice para 78%. Mas, com o desaquecimento da economia e a queda da arrecadação, todas as nossas medidas devem manter o patamar de 82%”, avalia o secretário.



Alexandre Cabral trocou um emprego na Fiat de Betim (MG) por um cargo na Uerj, mas agora, depois de dez anos, será demitido